



**ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS**

Integridade. Independência. Competência.



RELATÓRIO E CONTAS

PERÍODO DE 2015



**ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS**

Integridade. Independência. Competência.

Relatório e Contas do Período de 2015

- 1 Relatório do Conselho Diretivo**
- 2 Demonstrações Financeiras**
- 3 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**
- 4 Relatório de Auditoria**



RELATÓRIO DO CONSELHO DIRETIVO

1	Introdução	5
2	Evolução da atividade profissional	5
3	Atividades desenvolvidas.....	6
3.1	Órgãos Sociais	6
3.1.1	Assembleia Geral.....	6
3.1.2	Conselho Superior	6
3.1.3	Bastonário	6
3.1.4	Conselho Diretivo	7
3.1.5	Conselho Disciplinar.....	7
3.2	Departamentos.....	8
3.2.1	Departamento Técnico	8
3.2.2	Departamento de Formação e Publicações.....	9
3.2.3	Departamento de Qualificação e Atividade Profissional.....	13
3.2.4	Departamento de Controlo de Qualidade e Supervisão.....	18
3.2.5	Comissão de Acompanhamento do Código de Ética	21
3.3	Secção Regional do Norte (SRN).....	21
3.4	Outras atividades desenvolvidas.....	22
3.4.1	Participação no CNSA	22
3.4.2	Relações Institucionais	22
3.4.3	Relações Internacionais	23
3.4.4	Eventos.....	23
4	Recursos Humanos	26
5	Análise económica e financeira	26
5.1	Análise económica.....	26
5.1.1	Rendimentos e ganhos	27
5.1.2	Gastos e perdas	28
5.2	Evolução dos fundos patrimoniais.....	30
5.3	Execução do orçamento corrente.....	31
5.3.1	Perspetiva global	31
5.3.2	Execução do orçamento de rendimentos.....	31
5.3.3	Execução do orçamento de gastos.....	32
5.4	Análise financeira	32
5.5	Execução do orçamento de investimentos	32
6	Perspetivas futuras	33
7	Proposta de aplicação dos resultados.....	33
8	Homenagem póstuma	33



9	Agradecimentos	34
---	----------------------	----



RELATÓRIO DO CONSELHO DIRETIVO

1 Introdução

Nos termos do que dispõe a alínea f) do nº 1 do artigo 30º do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de novembro, vem o Conselho Diretivo submeter à apreciação e deliberação da Assembleia Geral o Relatório e Contas do período findo em 31 de dezembro de 2015.

Pretende-se com este documento proceder a uma síntese da atividade desenvolvida pela Ordem durante o ano de 2015, salientando-se os seus aspetos mais marcantes e identificando as perspetivas da sua evolução futura.

2 Evolução da atividade profissional

A profissão registou em 2015 um aumento líquido de 37 Revisores Oficiais de Contas (ROC), refletindo o efeito conjugado da admissão de 57 novos membros, do cancelamento de 13 inscrições e do falecimento de 7 membros. A maioria dos membros que se inscreveram são ROC que não perspetivam iniciar de imediato a atividade, o que reflete o ambiente económico adverso a que tem vindo a assistir-se, já há alguns anos e que se prolongou durante o ano de 2015.

Nos quadros seguintes apresenta-se uma síntese do número de ROC inscritos, em confronto com os anos de 2015 e de 2014, mantendo-se a tendência para a maioria dos profissionais exercerem em atividade no âmbito de sociedades de profissionais.

ROC	2015	2014	2013	Variação face a 2014	
				Nº	%
Sem atividade	440	419	403	21	5,01 %
Suspensos	130	127	119	3	2,36 %
Não suspensos	310	292	284	18	6,16 %
Com atividade	936	920	908	16	1,74 %
A título individual	208	201	210	7	3,48 %
Sob contrato de prestação de serviços	107	112	113	-5	-4,46 %
Como Sócios de SROC	621	607	585	14	2,31 %
Total	1.376	1.339	1.311	37	2,76 %

A evolução verificada no número de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas (SROC) consubstancia o anteriormente referido, como se observa no quadro seguinte:

SROC	2015	2014	2013	Variação face a 2013	
				Nº	%
Número de Sociedades	228	229	225	-1	-0,44 %

No que se refere ao número de SROC verificou-se a estabilização do número de sociedades existentes.

No entanto, dado que algumas destas sociedades são unipessoais, é de admitir uma futura redução deste número dada a necessidade de compatibilizar a estrutura destas sociedades com a pluralidade de sócios profissionais exigida pelos novos estatutos da Ordem, o que contribuirá certamente para o exercício da atividade de uma forma mais estruturada e com melhores condições organizacionais para o exercício da profissão, em resposta à crescente exigência do mercado em termos de serviços de auditoria e outras funções de interesse público.

3 Atividades desenvolvidas

3.1 Órgãos Sociais

3.1.1 Assembleia Geral

A Assembleia Geral da OROC reuniu em 12 de fevereiro de 2015 para apreciar, discutir e votar o Plano de Atividades e Orçamento para 2015, em 19 de março de 2015 para analisar, discutir e votar o Relatório e Contas referentes ao exercício de 2014 e em 17 de dezembro de 2015 para apreciar, discutir e votar o Plano de Atividades e Orçamento para 2016.

3.1.2 Conselho Superior

Durante o ano de 2015 o Conselho Superior procedeu à apreciação, discussão e emissão de parecer sobre os Planos de Atividades e Orçamentos para 2015 e 2016.

3.1.3 Bastonário

O Bastonário, para além de presidir ao Conselho Diretivo, representou a OROC em várias instâncias e eventos nacionais e internacionais, dirigiu os serviços da Ordem e assegurou a direção da revista *Revisores e Auditores*, tendo ainda exercido as demais competências que a lei e os regulamentos lhe conferem.



3.1.4 Conselho Diretivo

Durante o ano de 2015, o Conselho Diretivo reuniu quinzenalmente, tendo, no âmbito das suas atribuições estatutárias, tomado as deliberações que considerou adequadas. De uma forma geral, é possível afirmar que as atividades previstas para o ano de 2015 foram globalmente realizadas, em cumprimento do Orçamento aprovado.

3.1.5 Conselho Disciplinar

O Conselho Disciplinar reuniu regularmente durante o período, para apreciar, inquirir, discutir e deliberar sobre os processos em curso da sua competência.

O movimento ocorrido nos processos disciplinares e nos processos de inquérito no ano de 2015, foi o seguinte:

Natureza	Nº de processos	Arquivados	Convertidos em PD	Sancionados	Transitados para 2016
Processos de Inquérito	5	3	1		1
Transitados de 2014	2	2	-		-
Instaurados em 2015	3	1	1		1
Processos Disciplinares	41	3		16	22
Transitados de 2014 (*)	24	3		16	5
Instaurados em 2015	17	-		-	17

(*) 3 Processos encontram-se suspensos aguardando produção de melhor prova

Nos processos disciplinares sancionados aplicaram-se as seguintes penas:

Escala das penas aplicadas	Nº de processos	Natureza da infração		
		Qualidade do trabalho	Ética e deontologia	Outros deveres funcionais
Advertência	4	-	-	4
Advertência registada	6	-	-	6
Multa de €5.000	1	1	-	-
Multa de €9.000	1	-	-	1
Multa de €10.000	2	-	1	1
Suspensão 5 anos	2	2	-	-
	16	3	1	12



3.2 Departamentos

3.2.1 Departamento Técnico

O Departamento Técnico e as suas Comissões Técnicas especializadas mantiveram durante o período a sua atividade consubstanciada no estudo, análise e debate de assuntos de natureza técnica relacionados com os diversos setores de atividade e de negócio que constituem o universo de entidades onde os ROC têm intervenção.

Em resultado desses trabalhos, foram emitidos pareceres, orientações e outras informações quer tenham sido solicitados pelo Conselho Diretivo, pelos ROC ou por entidades externas, quer tenham tido por iniciativa própria.

Neste período, foram efetuados em particular trabalhos relacionados com a transposição da Diretiva 2014/56/UE e a execução do Regulamento (UE) nº 537/2014 e respetiva expressão na legislação nacional designadamente produzindo documentos comparativos sobre a forma como os restantes Estados-Membros estavam a interpretar e corporizar nas legislações nacionais determinadas matérias. Estes trabalhos foram efetuados em cooperação com a FEE

Para além destes trabalhos relativos às novas leis sobre a profissão e os profissionais que efetuamos em cooperação com a FEE, também produzimos outros documentos solicitados pelas organizações profissionais internacionais de quem somos membros.

Reportam-se de seguida, e em concreto, as atividades mais relevantes desenvolvidas no decurso do período económico.

Manual do ROC

Continuou a reforçar-se o conteúdo do Manual do ROC com informação relevante para a atividade. Neste sentido, houve a preocupação de manter atualizada a legislação mais significativa para todos os setores de atividade, bem como a inserção de material técnico com interesse para a profissão.

Sítio na *internet*

Procedeu-se à atualização regular do sítio na *internet* com notícias/destaques mais significativos para a profissão, incluindo informações de carácter relevante aplicável. Entre outras matérias salientaram-se, naturalmente, as relativas à contabilidade e à auditoria das entidades em geral, e a sua evolução ao longo do ano, nomeadamente a publicação dos novos



Sistemas de normalização Contabilística para o setor empresarial e para o setor público e das Leis que aprovaram o novo Estatuto da OROC e o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria.

Terminologia das Normas Internacionais de Relato Financeiro

Na sequência de um pedido da Comissão Europeia, a Ordem iniciou os contactos e os trabalhos para a tradução e respetiva justificação da terminologia técnica adotada em algumas IFRS, que abrange cerca de 650 termos, com vista à futura utilização destes termos nas IFRS adotadas pela União Europeia..

Transposição da Legislação Europeia de Auditoria

Como referido acima, o Departamento Técnico esteve fortemente envolvido, durante o ano de 2015, no estudo e revisão da legislação europeia de auditoria, bem como no acompanhamento do processo de transposição dessa legislação para o direito nacional.

Atividade a nível internacional

A Ordem fez-se representar em diversas reuniões e conferências internacionais onde destacamos as seguintes:

- Conselho da IFAC – em março e novembro
- Conselho e Assembleia Geral da FEE – em março e setembro;
- Reunião Eurostat – EPSAS – em setembro;
- Working Parties (WP) da FEE:
 - *Auditing WP* - em maio e setembro; e
 - *Accounting WP* – em junho e setembro.

Este Departamento esteve igualmente envolvido no estabelecimento de relações de cooperação com outros países, nomeadamente com os países de língua oficial portuguesa, e participou nas ações que têm conduzido à realização de cursos de formação nesses países.

3.2.2 Departamento de Formação e Publicações

Formação Contínua

Tendo em consideração os objetivos da formação contínua da OROC, nomeadamente proporcionar aos ROC e seus colaboradores atualização dos seus conhecimentos para um



adequado exercício da profissão e aumento das suas competências, o ano de 2015 foi caracterizado pela manutenção de uma oferta formativa diversificada por parte da Ordem.

Durante 2015 reforçou-se o número de ações de formação na área de Fiscalidade (de 38 em 2014 para 41 em 2015) e de Direito (de 3 em 2014 para 4 em 2015), tendo sido verificada uma redução nas ações de formação promovidas nas outras áreas.

De 2014 para 2015, verifica-se uma redução de 5,1% no número de ações de formação promovidas (de 98 ações em 2014 para 93 ações em 2015). Durante 2015, foram cancelados 9 cursos, que se encontravam previstos, devido ao reduzido número de inscrições.

Apresentamos de seguida o resumo de alguns indicadores referentes à formação contínua no decurso do período de 2015 e comparação com o período anterior:

Ano	2015	2014
Cursos realizados	93	98
Número de participantes	3.051	3.566
Horas de formação cursos	585	638

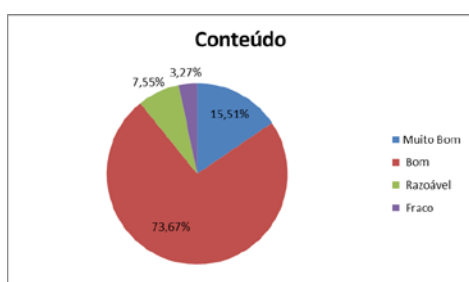
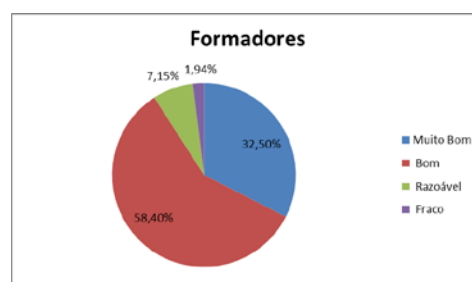
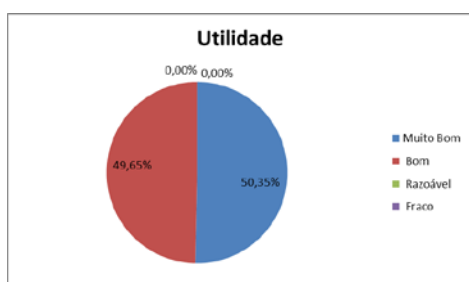
Os cursos realizados em 2015 focaram as seguintes áreas temáticas:

Ano	2015		2014	
	Nº cursos	Horas	Nº cursos	Horas
Auditoria	28	170	31	205
Contabilidade	17	89	19	103
Fiscalidade	41	275	38	263
Direito	4	28	3	24
Outros	3	23	7	43
Total	93	585	98	638

Participaram nos cursos de formação acima referidos ROC, colaboradores de ROC, membros estagiários, formandos do Curso de Preparação para ROC e quadros de empresas ou de outras entidades.



Dos questionários de satisfação respondidos pelos formandos no final dos cursos de formação retiram-se os seguintes resultados:



São de realçar as boas avaliações atribuídas pelos participantes nas sessões de formação, nomeadamente o facto de 100% considerarem Muito Boa e Boa a “Utilidade Profissional” dos cursos e 32,5% e 58,4% considerarem Muito Bom e Bom, respetivamente, a avaliação global dos formadores.

Comissão de Formação

Foram recebidos 58 pedidos de certificação de formação profissional. A Comissão de Formação avaliou, quanto ao nível científico e técnico, os processos e foram tomadas as seguintes deliberações:

Resultado da apreciação dos processos	Número de processos	
	2015	2014
Certificada	54	43
Validada mas não certificada	1	1
Processos em curso por falta de elementos	3	3

Curso de Preparação para Revisores Oficiais de Contas (CPROC)

Em 2015 deu-se continuidade ao 15.º CPROC iniciado em 2014, tendo sido lecionados os três últimos grupos de módulos e iniciou-se o 16.º CPROC.

Assim, durante o ano de 2015, foram lecionados 8 grupos de módulos, em Lisboa e Porto, perfazendo um total de 1 024 horas.

O quadro abaixo sintetiza a atividade ocorrida no âmbito do CPROC em 2015 e o comparativo do número de formandos de 2014:

Edições	Período	Nº de horas	Nº de formandos 2015 2014	
15º Curso				
2º grupo	23/01 a 14/03	128	76	62
3º grupo	17/04 a 20/06	128	64	57
4º grupo	25/09 a 14/11	128	50	57
16º Curso				
1º grupo	23/10 a 12/12	128	80	80

Publicações

A OROC continuou a publicar trimestralmente a Revista Revisores e Auditores, a qual incluiu artigos técnicos sobre matérias conexas com a atividade profissional e ainda informações relevantes sobre o desenvolvimento de temas internacionais.

Biblioteca

Houve um reforço na aquisição de obras, de acordo com as solicitações dos Coordenadores dos módulos do CPROC, assim como dos Departamentos Jurídico e Técnico. Agradece-se também a contribuição de Colegas, outros autores e demais entidades que se dignaram proceder à oferta de publicações relevantes.

3.2.3 Departamento de Qualificação e Atividade Profissional

O Departamento de Qualificação e Atividade Profissional desempenhou em 2015 as suas funções de acordo com as competências que lhe estão cometidas, procurando responder com rigor, profissionalismo e transparência às múltiplas solicitações que lhe foram formuladas, quer pelos membros da Ordem, quer pelas diversas entidades, públicas e privadas, que se relacionam com a Ordem.

Atividade Profissional

Apresentam-se seguidamente alguns indicadores da atividade desenvolvida no âmbito do controlo de atividade profissional:

	2015	2014	2013	Variação 2015-2014
Declarações emitidas	105	151	168	-30%
Ofícios expedidos	347	620	2.176	-44%

A variação ocorrida ao nível dos ofícios expedidos é justificada, essencialmente, pelas ações específicas de controlo que foram desenvolvidas em 2013 e início de 2014 junto de um conjunto muito significativo de empresas e outras entidades sujeitas a revisão legal das contas, relativamente às quais não constava nos registos da Ordem a indicação do ROC ou SROC responsável por tais tarefas.

De salientar que este tipo de atuação conduziu à regularização de um conjunto vasto de situações, quer através da nomeação de ROC ou SROC, nos casos em que as entidades não o tinham feito, quer mediante a correção da falta de comunicação por parte do ROC ou SROC responsável pela revisão.

No entanto, reconhece-se que o número de sociedades e outras entidades que, apesar de estarem obrigadas a ter as suas demonstrações financeiras certificadas, não agem de acordo com a lei poderá ser ainda muito significativo, justificando uma atuação concertada, por parte das entidades competentes, visando assegurar o estrito cumprimento da legislação vigente.

A este propósito entende-se que o controlo das situações potenciais de incumprimento, no âmbito da verificação da IES – Informação Empresarial Simplificada, por parte da Autoridade Tributária, poderá constituir o procedimento mais eficaz de controlo e prevenção deste tipo de

incumprimentos. Para o efeito, a Ordem já encetou contatos com esta entidade oficial visando assegurar a implementação de procedimentos de prevenção e controlo adequados.

Ao nível do controlo da Atividade Profissional foi ainda dada continuidade ao desenvolvimento das demais ações enquadradas nesta área, de que se destacam:

- Resposta às diversas solicitações formuladas por ROC e outras entidades, através de via postal, telefónica, eletrónica ou presencial;
- Acompanhamento das práticas profissionais dos ROC e SROC, bem como das entidades que com estas possam estar direta ou indiretamente relacionadas, de forma a diagnosticar eventuais situações de incompatibilidade, práticas de concorrência desleal ou indícios de falta de transparência;
- Atuação de forma sistemática sempre que chega ao conhecimento da Ordem qualquer indício de que alguma entidade, de forma ilícita, presta serviços que constituem competência exclusiva dos ROC ou induz, designadamente por via dos respetivos estatutos, a capacidade ou disponibilidade para prestar tais serviços;
- A contínua atualização dos elementos relativos aos ROC e SROC, em termos de exercício da sua atividade profissional, procurando garantir informação tempestiva e fiável, através da atualização das bases de dados.

Comissão de Inscrição

A atividade da Comissão de Inscrição centra-se, sobretudo, na concretização das múltiplas atribuições relacionadas com os processos de registo dos ROC e das SROC, quer ao nível da decisão quanto a estas matérias, quer no que se refere ao apoio prestado aos revisores no âmbito do cumprimento das diversas formalidades que estão associadas a este processo.

No decurso do ano foram realizadas 11 reuniões plenárias desta Comissão, tendo-se respondido com a celeridade possível aos pedidos formulados pelos membros da OROC. De salientar que cada reunião da Comissão de Inscrição exige a preparação prévia e análise dos processos submetidos para apreciação, de forma a assegurar o cumprimento integral dos diversos formalismos legais exigidos para que se possa proceder, quer a novos registos, quer às múltiplas alterações a nível estatutário que ocorrem no âmbito das SROC.

As alterações na atividade dos ROC foram objeto de atualização semanal das Listas dos Revisores Oficiais de Contas, das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas e das outras formas de agrupamento de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, quer no sítio da

Ordem na *internet*, quer mediante a respetiva comunicação ao Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria, de acordo com o exigido pela legislação aplicável.

De acordo com as responsabilidades estatutárias e regulamentares aplicáveis à Comissão de Inscrição, esta coordenou ainda as atividades relacionadas com o Júri de Exame e com a preparação e realização das provas escritas e orais, para efeitos do processo de admissão à Ordem, tendo respondido aos diversos pedidos de informação que lhe foram formulados por eventuais interessados na admissão à Ordem.

A Comissão de Inscrição, através do seu presidente, participou igualmente nos trabalhos do Júri para apreciação e seleção das candidaturas ao Curso de Preparação para ROC, com base nos critérios anteriormente aprovados pelo Conselho Diretivo.

Júri de Exame

Realizaram-se em 2015 as quatro provas escritas do Exame para ROC previstas no respetivo Regulamento, bem como as provas orais para os candidatos que já obtiveram aprovação no conjunto das quatro provas escritas previstas.

No quadro seguinte apresentam-se os resultados das provas escritas realizadas em 2015:

	1 ^a Prova	2 ^a Prova	3 ^a Prova	4 ^a Prova	Total 2015	Total 2014	Variação
Nº de inscritos	141	152	87	95	475	532	-57
Lisboa	82	90	55	55	282	344	-62
Porto	59	62	32	40	193	188	+5
Nº de presenças	117	119	61	82	379	461	-82
Lisboa	68	69	37	46	220	298	-78
Porto	49	50	24	36	159	163	-4
Faltas	24	33	26	13	96	71	+25
Lisboa	14	21	18	9	62	46	+16
Porto	10	12	8	4	34	25	+9
Nº de aprovações	27	49	24	42	142	279	-137
Lisboa	14	22	11	29	76	182	-106
Porto	13	27	13	13	66	97	-31
Nº de reprovações	90	70	37	40	237	182	+55
Lisboa	54	47	26	17	144	116	+28
Porto	36	23	11	23	93	66	+27
% aprovações (face às presenças)	23%	41%	40%	51%	39%	61%	-22%
Lisboa	21%	32%	31%	63%	37%	61%	-24%
Porto	28%	54%	54%	36%	43%	60%	-17%

Os dados apresentados no quadro anterior refletem, no conjunto das quatro provas e face ao ano de 2014, uma redução de 57 candidatos inscritos. Contudo, relativamente ao número de candidatos que se apresentaram a exame, esta redução foi mais significativa, evidenciando uma quebra de cerca de 18% (menos 82 candidatos).

No que se refere ao nível de aprovações em 2015, o mesmo cifrou-se em cerca de 39%, contrariamente ao sucedido em 2014, em que se registou uma percentagem de aprovações excecionalmente elevada. Contudo, entende-se que numa profissão com o nível de exigência e de complexidade como é o caso dos revisores oficiais de contas é necessário assegurar parâmetros de exigência compatíveis com as características da profissão, que deverão ser logo evidentes no processo de admissão.

Com efeito, a manutenção de um nível de exigência elevado no acesso à profissão, em simultâneo com o rigoroso controlo de qualidade existente, refletem, de forma inequívoca, os elevados padrões de qualidade, rigor e exigência desta atividade, que se situam nos níveis mais elevados das atividades liberais desenvolvidas em Portugal.

Foram realizados dois sorteios dos temas das provas orais, em 18 de março e em 20 de outubro de 2015, tendo sido atribuídos 68 temas, para desenvolvimento pelos candidatos, com vista à sua apresentação e discussão final. Foram realizadas 89 provas orais, relativas aos candidatos do 2º sorteio de 2014 e do 1º sorteio de 2015, tendo sido aprovados 61 candidatos e reprovados 24 candidatos, tendo-se ainda registado a não comparência de 4 candidatos. As provas orais relativas aos candidatos do 2º sorteio de 2015 só se realizarão em Abril de 2016.

Comparativamente ao ano de 2014, verificou-se uma redução de 15 candidatos a provas orais, tendo o número de candidatos aprovados registado uma redução de 9 enquanto o número de reprovados teve uma redução de 8.

De salientar ainda que, à semelhança dos anos anteriores, o Júri de Exame continua a ser composto por elementos independentes dos formadores do curso de preparação para revisor oficial de contas, de forma a garantir o reforço da independência na avaliação dos conhecimentos dos participantes, não obstante a interdependência que se continuou a assegurar entre as matérias ministradas no curso de preparação e o conteúdo das provas de exame.



Comissão de Estágio

No ano de 2015 a Comissão de Estágio realizou 10 reuniões, nas quais foram tomadas deliberações relativas aos vários processos de estágio ao abrigo do Regulamento de Estágio.

A evolução do número de membros estagiários ao longo dos últimos três anos foi a seguinte:

Indicador	2015	2014	2013
Estagiários em 1 de janeiro	134	113	125
Estágio iniciados	34	48	36
Estágios concluídos com aprovação	28	25	44
Exclusões de Estágio	1	0	3
Desistências de Estágio	0	2	0
Estágios encerrados por dispensa	2	0	1
Estagiários em 31 de dezembro	137	134	113

No decurso do ano de 2015 foram realizadas, através dos respetivos júris constituídos para o efeito, 32 provas de avaliação final de estagiários. Realizaram-se 77 reuniões de coordenadores de estágio com membros estagiários e patronos, no âmbito do acompanhamento e apreciação semestral dos respetivos estágios. Realizaram-se ainda 20 entrevistas para efeitos de dispensa de estágio.

A par do acompanhamento e avaliação dos processos de estágio, deu-se continuidade à estratégia de integração dos membros estagiários na OROC, através da sua inserção nos procedimentos de divulgação e distribuição de circulares, normas, publicações e acesso ao Manual do ROC, bem como na incentivação à participação nas ações de formação e encontros organizados sob a égide da Ordem.

3.2.4 Departamento de Controlo de Qualidade e Supervisão

Controlo de Qualidade

No âmbito do controlo de qualidade, a Comissão do Controlo de Qualidade (CCQ) procedeu ao seguinte:

- Divulgou em 30 de junho de 2015 o relatório da atividade desenvolvida e as conclusões extraídas das ações de controlo executadas no período compreendido entre 5 de junho de 2014 e 30 de junho de 2015 sobre as auditorias relativas ao ano de 2013;
- Promoveu a realização do Sorteio Público de 8 de julho de 2015 visando os controlos a exercer sobre os ROC e SROC e as auditorias por estes realizadas com relação ao ano de 2014;
- Estabeleceu com o CNSA a comunicação requerida no Regulamento do CNSA sobre a sua supervisão do controlo de qualidade aos ROC e SROC executado pela OROC;
- Implementou as recomendações efetuadas pelo CNSA e outras alterações que determinou serem apropriadas.

Sorteios Públicos

Na sequência do sorteio público realizado em 3 de julho de 2014, foram concluídos no período os controlos de qualidade a 115 entidades, envolvendo 44 ROC, 47 SROC e 24 SROC e ROC com intervenção em entidades de interesse público (EIP), correspondendo a 204 dossiês, que apresentaram as seguintes conclusões:

Síntese das conclusões do controlo horizontal por categorias e por entidades:

	Total de ROC/SROC Sorteados 2014		ROC/SROC de EIP		SROC de outras entidades		ROC de outras entidades	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Sem nada de especial a referir	72	62%	16	67%	28	60%	28	64%
Com observações e recomendações de menor relevância	29	25%	7	29%	13	28%	9	20%
Com observações e recomendações de relevância	8	7%	1	4%	5	10%	2	5%
Com resultados insatisfatórios	3	3%	-	-	-	-	3	7%
Anulados	1	1%	-	-	-	-	1	2%
Não concluídos	2	2%	-	-	1	2%	1	2%
Total de Entidades	115	100%	24	100%	47	100%	44	100%

Síntese das conclusões do controlo vertical por categorias e dossiês:

	Total de Dossiês 2014		ROC/SROC com EIP		SROC de outras entidades		ROC de outras entidades	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Sem nada de especial a referir	113	55%	63	73%	36	49%	14	32%
Com observações e recomendações de menor relevância	58	28%	17	20%	25	34%	16	37%
Com observações e recomendações de relevância	26	13%	6	7%	12	16%	8	18%
Com resultados insatisfatórios	4	2%	-	-	-		4	9%
Anulados	1	1%	-		-		1	2%
Não concluídos	2	1%	-		1	1%	1	2%
Total de Dossiês	204	100%	86	100%	74	100%	44	100%

Síntese da comunicação com o CNSA

O relatório do CNSA, datado de 9 de setembro de 2015, sobre a sua supervisão do Sistema de Controlo de Qualidade executado pela Ordem incluiu propostas de alteração à classificação das conclusões acima referidas, relativamente a cinco controlos verticais e 1 controlo horizontal (correspondentes a cinco processos). Estas alterações, foram comunicadas às entidades respetivas e decorrente das mesmas foram alargadas as ações de acompanhamento relativamente a dois dossiês de controlo vertical e a um de controlo horizontal.

No âmbito da supervisão efetuada pelo CNSA sobre a execução do controlo de qualidade, a CCQ procedeu à coordenação das comunicações previstas no Regulamento n.º 654/2010 do CNSA sobre esta supervisão e assegurou a adoção pela Ordem das recomendações efetuadas pelo CNSA.

Acompanhamento de controlos com observações e recomendações de relevância

A CCQ coordenou a realização das ações de acompanhamento executadas pelos controladores relatores relativamente aos processos de controlo de qualidade a dossiês que no controlo de qualidade de anos anteriores evidenciaram observações e recomendações de relevância, solicitando e analisando as medidas e procedimentos a implementar/implementadas no sentido de serem superadas as deficiências e insuficiências detetadas.



Guias de Controlo de Qualidade

Alguns dos guias de controlo de qualidade foram atualizados com as recomendações do CNSA e com outras alterações que a CCQ considerou adequadas face à experiência da sua utilização no último ano.

Sorteio Público de 8 de julho de 2015

Na sequência do sorteio de 8 de julho de 2015 foram planeadas e supervisionadas as ações de controlo de qualidade sobre a atividade de 39 SROC que exerceram funções de revisão/auditoria em entidades de interesse público e 59 ROC e SROC que exerceram funções noutras entidades. Em 31 de dezembro de 2015 ainda se encontram em curso algumas destas atividades que envolvem também o controlo sobre 199 dossiês relacionados com auditorias efetuadas por estes ROC e SROC com relação ao ano de 2014.

Outras ações de Controlo de Qualidade

Para além das ações de controlo de qualidade executadas no âmbito dos Sorteios Públicos, foram ainda realizadas pela Comissão do Controlo de Qualidade outras ações de controlo previstas no Plano de Atividades:

- **Intervenções pontuais**

A Comissão procedeu a controlos de qualidade pontuais solicitados pelo Conselho Diretivo ou por outros Órgãos da Ordem.

- **Controlos Específicos a dossiês selecionados na data do controlo**

No âmbito da Circular nº 37/13, de 21 de maio de 2013, e decorrente da observação da prática de preços anormalmente baixos, foram executados vários controlos de qualidade específicos, visando a avaliação da adequação dos recursos às carteiras de clientes, as horas despendidas e os preços praticados no exercício de funções de interesse público e a avaliação do cumprimento das normas de auditoria em dossiê selecionado e comunicado na data do controlo.

Atividades de supervisão desenvolvidas

As atividades de supervisão desenvolvidas podem resumir-se como segue:

- Preparação de elementos e informações de suporte à atividade dos representantes da OROC nos órgãos do CNSA;
- Designação de revisores independentes para processos de fusão e cisão e como peritos de processos judiciais e para outros efeitos em resposta às solicitações recebidas;
- Atuação junto das entidades sujeitas a revisão legal de contas de forma a darem cumprimento à obrigatoriedade da nomeação de ROC ou SROC. Esta atividade foi desenvolvida de forma conjugada com o Departamento de Qualificação e Atividade na medida em que a informação disponível o permitiu.

3.2.5 Comissão de Acompanhamento do Código de Ética

Como tem sido referido nos relatórios dos anos transatos, o Conselho Diretivo dedica à aplicação do Código de Ética uma enorme atenção, tendo sido auxiliado nessa matéria pela Comissão de Acompanhamento do Código de Ética.

Esta Comissão reuniu regularmente e prestou apoio à Ordem em diferentes vertentes de questões de natureza ética e da aplicação do código de ética, designadamente no domínio do relacionamento entre membros da Ordem.

3.3 Secção Regional do Norte (SRN)

A atividade da Secção Regional do Norte teve em 2015 o desenvolvimento habitual, em conformidade com o plano aprovado.

A SRN, além de assegurar a função de representação no Norte do País, constituiu, como habitualmente, um espaço de apoio administrativo dos Colegas e de Reuniões de Trabalho de Comissões Técnicas e outros grupos e também o local próprio da Formação Contínua dos Revisores e do Curso de Preparação para ROC (CPROC).

No que respeita à formação contínua, realizaram-se em 2015, no Porto, 46 cursos integrados no programa de formação da OROC, para além do CPROC.

Na SRN realizaram-se os Encontros habituais, como se encontra descrito no capítulo próprio.

Com o apoio inestimável do Conselho Consultivo e do Colega que executava as funções de adjunto da Direção, foram realizadas diversas ações, incluindo a preparação de Encontros na Ordem e de divulgação da Ordem.

3.4 Outras atividades desenvolvidas

3.4.1 Participação no CNSA

A Ordem, através do seu representante, membro do Conselho Diretivo, participou em todas as reuniões do CNSA, ao nível do Conselho, que se realizaram em 2015, tendo no entanto expressado o seu voto de discordância sempre que este entendeu que as decisões tomadas não respeitavam não só os interesses da profissão como, sobretudo, o regime contraordenacional aplicável, designadamente no caso dos processos sumaríssimos e de aplicação de coimas pecuniárias, por considerar que este regime contraria as disposições contidas na Diretiva de Auditoria.

A Ordem esteve igualmente representada ao nível do Secretariado Permanente, tendo integrado ainda diversos grupos de trabalho e participando em inspeções pontuais.

De salientar que a atividade do CNSA concluiu-se no final de 2015, com a apresentação das suas contas finais e transferência das respetivas funções para o âmbito da CMVM, na sequência da entrada em vigor da Lei nº 148/2015, de 9 de setembro.

3.4.2 Relações Institucionais

Durante o ano, o Conselho Diretivo efetuou diversas diligências e manteve contactos com diversas entidades mais ligadas ou conexas com a profissão, nomeadamente o Ministério das Finanças, o Ministério da Economia, o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, o Banco de Portugal, a CMVM, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, o Tribunal de Contas, a Direção-Geral dos Impostos, a Direção-Geral do Orçamento, a Comissão de Normalização Contabilística e o Conselho Nacional das Ordens Profissionais, sendo que neste último se fez representar pelo seu Bastonário nas reuniões mensais do Conselho.

3.4.3 Relações Internacionais

Para além do já referido no âmbito da atividade desenvolvida pelo Departamento Técnico, a Ordem fez-se representar pelo seu Bastonário em diversos eventos internacionais e participou em Congressos, designadamente:

- Participação no I Congresso da OPACC – Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados de Cabo Verde, realizada na Cidade da Praia, em 6 e 7 de fevereiro;
- Participação no I Congresso da OCAM – Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique, realizada em Maputo, em 4 e 5 de novembro.

Em 2015 foram reforçados os contactos internacionais, nomeadamente com organismos congéneres, existentes ou em constituição, de países de língua portuguesa. Estão firmados protocolos com Angola (2012), Cabo Verde (2013), Moçambique (2013) e com a ACCA (2014). Adicionalmente às parcerias já existentes espera-se em 2015 confirmar novos protocolos. Para além do referido, reafirmam-se as participações que estão descritas no capítulo dedicado ao Departamento Técnico.

3.4.4 Eventos

3.4.4.1 *40 e 25 Anos de Profissão, Receção aos Novos Colegas e Homenagem aos Revisores Oficiais de Contas Falecidos*

Foi realizada a cerimónia que teve lugar em 8 de julho, na União de Associações do Comércio e Serviços, com significativa presença de colegas, em que, pelo segundo ano foram agraciados desta feita 2 revisores que completaram 40 anos de profissão. À semelhança de anos anteriores, foram também agraciados 55 Revisores Oficiais de Contas que completaram 25 anos de atividade profissional.

No âmbito desta cerimónia, teve lugar a receção aos novos ROC, tendo sido feita a entrega dos respetivos Certificados a 55 Colegas que completaram o estágio e concluíram com

sucesso o ciclo de qualificação profissional e a quem a Ordem formula votos dos mais amplos sucessos pessoais e profissionais.

Também nesta cerimónia, a Ordem procedeu à homenagem póstuma aos Revisores Oficiais de Contas que faleceram no 2º semestre de 2014 e 1.º semestre de 2015.

3.4.4.2 Encontros na Ordem

Dando continuidade a este importante meio de comunicação entre os ROC, no ano de 2015 realizaram-se os seguintes Encontros, que tiveram a participação de significativo número de Colegas:

- Em Lisboa e no Porto “Crescimento e desenvolvimento – a Instituição Financeira e o Código Fiscal do Investimento” com a intervenção de Sua Excelência o Secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade, Sr. Dr. Pedro Gonçalves;
- Em Lisboa e no Porto - “SAFT-PT, certificação de software e e-fatura” com a colaboração do colega Dr. Rui Romão de Oliveira da PriceWaterhouseCoopers;
- Em Lisboa e no Porto - “Responsabilidade penal e contra-ordenacional no contexto empresarial” com a colaboração da Srª Dra. Sofia Ribeiro Branco, sócia da Vieira de Almeida & Associados, Sociedade de Advogados, RL;
- Em Lisboa e no Porto - “Prevenção do branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e do financiamento do terrorismo”, com a intervenção de sua Excelência o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Senhor Dr. Paulo Nuncio;
- No Porto - “Um olhar sobre Moçambique”, com a colaboração do Dr. Fernando Carvalho da AICEP, da Drª Sofia Raposo do Millennium, do Dr. Gustavo Amaral da KPMG e do Dr. Óscar Figueiredo da OROC;
- Em Lisboa e no Porto - “Referenciais Imobiliárias (Preços de Transferência e Imparidade de Ativos)”, com a colaboração do nosso colega Dr. Pedro Galego e do Diretor da Revista Confidencial Imobiliário, Dr. Ricardo Guimarães;



- Em Lisboa e no Porto - “Portugal 2020 e os apoios à Capacitação Competitiva das Empresas” com a colaboração do Sr. Professor Miguel Cruz, Presidente do IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.;
- Em Lisboa e no Porto - “Regularização da dívida à Segurança Social – Grandes Devedores” e “Programa Revitalizar – A negociação no âmbito dos planos de recuperação” com a colaboração da Dr^a. Sandra Medeiros, Dr. Mota Gomes e do Dr. Cid Ferreira;
- Em Lisboa e no Porto - “O papel da Autoridade da Concorrência (AdC) na promoção da concorrência nos mercados e da competitividade da economia: Como podem as empresas beneficiar da intervenção da AdC na promoção da concorrência nos mercados?”, com a colaboração do Senhor Doutor Paulo Gonçalves, da AdC;
- Em Lisboa e no Porto - “Novo Estatuto da OROC; Transposição da diretiva e adoção do regulamento europeu sobre auditoria”, com a intervenção do Conselho Diretivo da OROC;
- Em Lisboa e no Porto – “Controlo de Qualidade” com a participação de membros da Comissão de Controlo de Qualidade da OROC;
- Em Lisboa e no Porto – “O novo regime jurídico dos fundos de investimento coletivo – o reforço das exigências na prevenção e controlo do risco” com a colaboração das Senhoras Dr^a Margarida Matos Rosa e Dr^a Celina Carrigy, da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM);
- Em Lisboa e no Porto – “Misericórdias – Sustentabilidade, Serviço Social e Economia”, com a colaboração do Sr. Dr. António Tavares, Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto;
- No Porto – “Os pagamentos pontuais e o crescimento económico”, com a colaboração da Dra. Sofia Santos e do Dr. Jorge Líbano Monteiro, da ACEGE – Associação Cristã de Empresários e Gestores;
- Em Lisboa e no Porto – “Auditoria Forense” com a colaboração do Colega Joaquim José Paulo;
- Em Lisboa e no Porto – “Direção-Geral do Tesouro e Finanças o Controlo e a Revisão de Contas das Empresas Públicas”, com a colaboração dos Senhores Dr. José Castel-



Branco e Dr. José Gato, do Gabinete de Apoio e Coordenação do Setor Empresarial do Estado DGTF;

- Em Lisboa e no Porto – “Os novos Estatutos da Ordem e o novo Regime de Supervisão de Auditoria” com a intervenção do Conselho Diretivo da OROC;
- Em Lisboa e no Porto – “A Nova Lei do Enquadramento Orçamental: Os pilares da Contabilidade e Auditoria”, com a colaboração do Senhor Dr. Luís Viana, Subdiretor-Geral da Direção do Orçamento (DGO);
- Em Lisboa e no Porto – “O Código Fiscal do Investimento e a sua Regulamentação”, com a colaboração do Dr. Manuel Simões de Carvalho e do Dr. Frederico Antas da Sociedade de Advogados Vieira de Almeida & Associados;
- Em Lisboa e no Porto- “Serviços Partilhados e Compras Públicas: Inovar no estado”, com a colaboração do Dr. Jaime Quesado, Presidente da ESPAP – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.

4 Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2015, os recursos humanos da Ordem eram constituídos por 24 colaboradores permanentes e 2 assessores.

A Ordem conta, ainda, com um vasto leque de colaborações eventuais de ROC e outros profissionais, especialmente nas Comissões Técnicas e Grupos de Trabalho.

5 Análise económica e financeira

5.1 Análise económica

A continuidade da política de controlo dos gastos permitiu que a OROC apurasse neste período um resultado líquido de 14.788 euros.

5.1.1 Rendimentos e ganhos

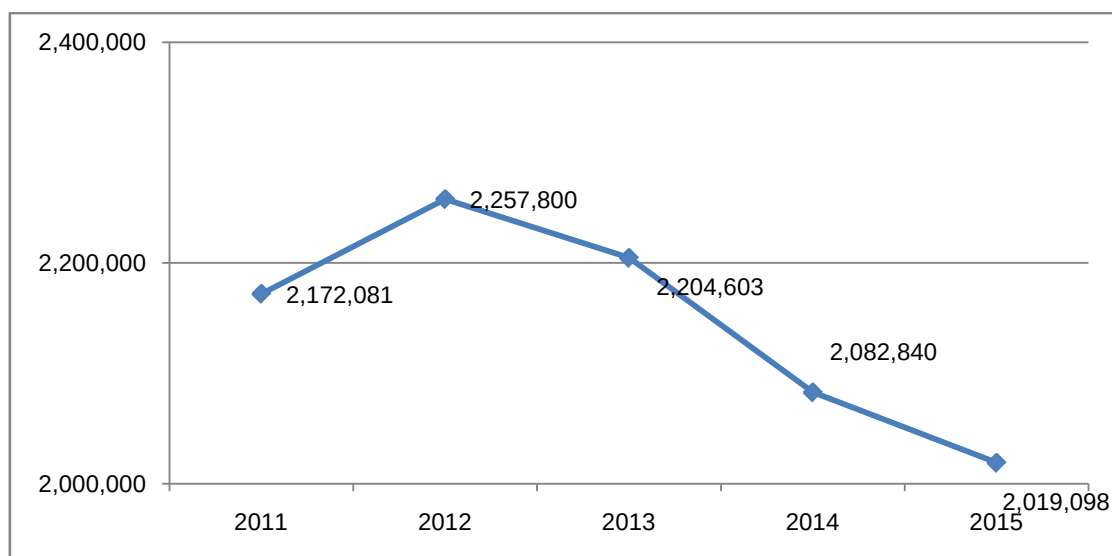
Evolução geral

Os rendimentos da OROC ascenderam a 2.019.098 euros, registando um decréscimo global líquido de 63.742 euros (-3,06%) face a 2014, como se evidencia no quadro seguinte:

Rendimentos e Ganhos	2015	2014	Variação	
			Valor	%
Quotas	1.177.423	1.188.035	-10.612	-0,89
Ações de formação	442.151	479.537	-37.386	-7,80
Inscrição, estágio e outros emolumentos	317.821	272.987	44.834	16,42
Outros	81.703	142.281	-60.578	-42,58
Total	2.019.098	2.082.840	-63.742	-3,06

A diminuição de rendimentos verificada é transversal a todas as rubricas exceto a rubrica de rendimentos relacionados com as propinas de estágio que aumentaram no exercício 47.049 euros (43%)

A evolução dos rendimentos e ganhos nos últimos 5 anos pode mostrar-se como segue:



Quotas

No ano de 2015 ocorreu uma ligeira redução do valor das quotas, as quais representam cerca de 58% do total dos rendimentos gerados no período. O decréscimo resulta da diminuição verificada na atividade reportada pelos ROC e SROC em funções de interesse público.

Ações de formação

Os rendimentos com ações de formação respeitam ao CPROC no valor de 179.033 euros (178.337 em 2014) e à formação contínua no valor de 263.118 euros (301.199 euros em 2014). A atividade de formação registou um decréscimo essencialmente devido a uma diminuição do número de cursos de formação continua realizados e do número de participantes.

Inscrição, estágio e outros rendimentos

O aumento do valor referente a esta rubrica resulta essencialmente do aumento dos rendimentos relacionados com as propinas de estágio que ascendeu a 47.049 euros.

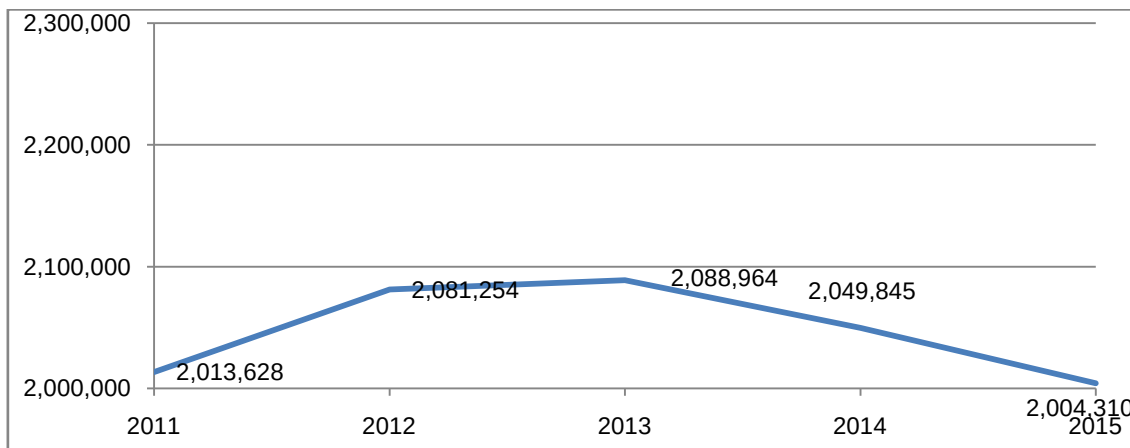
5.1.2 Gastos e perdas

Evolução geral

Os gastos em 2015 atingiram a quantia de 2.004.310 euros, tendo sido verificado um decréscimo de 45.535 euros relativamente ao ano anterior. A sua evolução sintetiza-se no quadro seguinte:

Gastos e Perdas	2015	2014	Variação	
			Valor	%
Fornecimentos e serviços externos	1.118.314	1.145.092	-26.778	-2,34
Gastos com o pessoal	701.911	703.711	-1.800	-0,26
Gastos de depreciações e de amortizações	69.036	62.709	6.327	10,09
Provisões	9.050	17.540	-8.490	-48,40
Outros gastos e perdas	105.999	120.793	-14.794	-12,25
Total	2.004.310	2.049.845	-45.535	-2,22

A evolução dos gastos e perdas nos últimos cinco anos pode mostrar-se como segue:



Comentam-se em seguida os aspetos mais significativos que influenciaram o comportamento dos gastos e perdas.

Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica mantém-se, naturalmente, como a rubrica de maior expressão na estrutura de gastos da OROC. Os gastos com honorários representam cerca de 62% do valor total (58% em 2014). As principais naturezas de gastos são as seguintes:

Natureza	2015	2014	Variação	
			Valor	%
Honorários	688.639	667.945	20.694	3,10
Comissões, controladores-relatores e Júri de exame	336.702	343.209	-6.507	-1,90
Assessores	84.796	84.796	0.00	0,00
Formadores	224.093	200.678	23.415	11,67
Outros	43.048	39.262	3.786	9,64
Trabalhos especializados	177.447	202.671	-25.224	-12,45
Deslocações e estadas	80.144	85.581	-5.437	-6,35
Outros Fornec. e Serviços	172.084	188.895	-16.811	-8,90
	1.118.314	1.145.092	-26.778	-2,34

O aumento verificado com a formação está relacionado com os gastos com o “elearning” que ascenderam no exercício a 42.044 euros. A diminuição que se verificou na rubrica de trabalhos

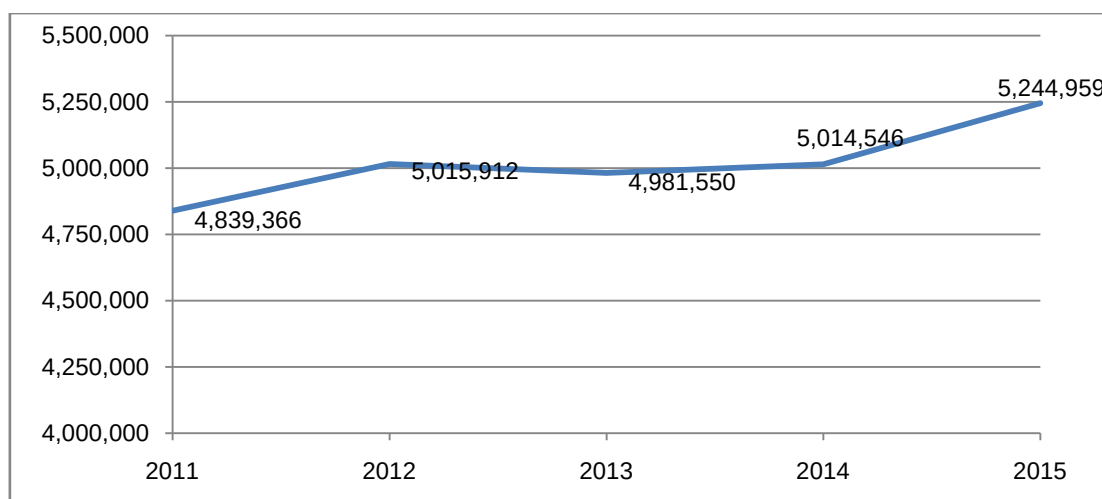
especializados está relacionada com a diminuição dos gastos com os serviços informáticos e com os estudos e pareceres contratados.

Outros gastos e perdas

Esta rubrica integra essencialmente as quotizações para entidades e instituições de que a OROC é membro, destacando-se a IFAC e a FEE.

5.2 Evolução dos fundos patrimoniais

Evidencia-se no gráfico seguinte a evolução verificada nos fundos patrimoniais nos últimos 5 anos:



O aumento que se verificou no exercício está relacionado com a herança que o Sr. Dr. Gastambide Fernandes, membro efetivo e honorário da OROC, deixou à Ordem e que até ao momento ascendeu a 215.625 euros. Aguarda-se ainda a divisão entre herdeiros de uma conta de títulos existente no Montepio. O montante atribuído à Ordem até este momento foi aplicado em Obrigações e o rendimento que resultar desta aplicação será afeto a um prémio a atribuir no âmbito de um concurso de trabalhos sobre auditoria, como era vontade expressa do Colega falecido.

5.3 Execução do orçamento corrente

5.3.1 Perspetiva global

O mapa seguinte sintetiza a execução do orçamento aprovado para 2015. No plano global, verifica-se uma taxa de realização de 96,8% nos rendimentos e de 96,2% nos gastos, a execução do orçamento apresenta-se satisfatória, com o resultado a exceder as expectativas.

RUBRICAS	Realizado 2015	Orçamento 2015	Desvio Real-Orçam.	Desvio %
RENDIMENTOS E GANHOS				
Quotas	1.177.423	1.157.101	20.322	1,76
Ações de formação	442.151	521.850	-79.699	-15,27
Inscrição, estágio e outros emolumentos	317.821	307.500	10.321	3,36
Outros rendimentos e ganhos	81.703	100.185	-18.482	-18,45
Total dos Rendimentos	2.019.098	2.086.636	-67.538	-3,24
GASTOS E PERDAS				
Fornecimentos e serviços externos	1.118.314	1.186.284	-67.970	-5,73
Gastos com o pessoal	701.912	723.075	-21.163	-2,93
Gastos de depreciações e de amortizações	69.036	79.690	-10.654	-13,37
Imparidades de dívidas a receber	-	5.000	-5.000	-100
Outros gastos e perdas	115.048	87.644	27.404	31,27
Total dos Gastos	2.004.310	2.081.692	-77.382	-3,72
Resultado do período	14.788	4.944	9.844	199,11

5.3.2 Execução do orçamento de rendimentos

Na execução orçamental de rendimentos em 2015, salientam -se:

- O desvio favorável nas quotas faturadas, no montante de 20.322 euros (1,76%); e
- O desvio favorável dos rendimentos provenientes de inscrição, estágio e outros emolumentos (3.36%).
- O desvio desfavorável das ações de formação no montante de 79.699 euros (15,27%)
- O desvio desfavorável dos outros rendimentos e ganhos no montante de 18.482 euros (18,45%)

5.3.3 Execução do orçamento de gastos

Na execução orçamental de gastos em 2015, sublinham-se:

- O desvio favorável nos Fornecimentos e serviços externos cujo montante ascendeu a menos 67.970 euros (-5,73%) do que o previsto;
- O desvio favorável dos gastos com o pessoal cujo montante ascendeu a menos 21.163 euros (-2,93%) que o previsto;
- O desvio favorável dos gastos com depreciações e amortizações (-13,37%);
- O desvio desfavorável dos outros gastos e perdas que ascendeu a mais 27.404 (+31,27%) do que o orçamentado.

5.4 Análise financeira

A estrutura do Balanço reflete uma substancial autonomia financeira (89%) bem como uma significativa solvabilidade global (Ativo / Passivo) de 9,1 e um elevado rácio da estrutura de financiamento (Fundos patrimoniais / Capital alheio) de 8,14.

Nas fontes de financiamento da OROC continua a verificar-se uma dependência significativa do sistema de quotização variável em função da atividade dos seus membros. Pretende continuar-se o incremento e diversificação das atividades de formação, com o objetivo de reduzir a dependência do sistema de quotização e o esforço permanente de racionalização dos gastos de estrutura e o aumento da produtividade dos meios disponíveis.

5.5 Execução do orçamento de investimentos

O orçamento de investimentos apresenta uma realização de 131.112 euros, para uma previsão de 192.013 euros, como se evidencia no quadro seguinte sobretudo pela significativa poupança no custo das obras da sede, fruto de uma cuidada gestão da mesma.

RUBRICAS	Realizado 2015	Orçamento 2015	Desvio Real-Orçam.	Desvio %
ATIVO INTANGÍVEL				
Prop. Ind. e outros direitos	0.00	1.000	-1.000	-100,00
ATIVO FIXO TANGÍVEL				
Edifícios e outras construções	72.021	115.000	-42.979	-37,37
Móveis e utensílios/Equip. Administrativo	58.148	61.213	-3.065	-5,00
Equipamento de tratamento de dados	461	13.800	-13.339	-96,66
Biblioteca	482	1.000	-518	-51,80
Total	131.112	192.013	-60.901	-31,72

No exercício de 2015, conforme estava previsto, foram realizadas obras de beneficiação do edifício sede da Ordem que se traduziram essencialmente na remodelação da cobertura e substituição de todo o sistema de ar condicionado.

6 Perspetivas futuras

A crise económica que o país atravessa continuará necessariamente a influenciar a atividade dos Revisores Oficiais de Contas e a respetiva organização profissional. Como já referido no ano anterior, o Conselho Diretivo, ciente das dificuldades existentes, inscreveu nos Planos de Atividades dos anos anteriores medidas que considerou adequadas para ajudar a reduzir os impactes da crise nas estruturas dos profissionais, sobretudo de pequena e média dimensão. Tais preocupações foram mantidas no Plano de Atividades para 2016.

O ano de 2015 continuou a apresentar perspetivas pouco positivas e grandes incertezas quanto ao futuro. Continuamos, todavia, a acreditar que com a mobilização de todos, iremos ser capazes de vencer as batalhas que a crise económica e financeira nos obriga a travar.

Em maio de 2014 foram publicados a Diretiva 201/56/EU (que altera a anterior diretiva de auditoria – diretiva 2006/43/CE) e o Regulamento (EU) 537/2014 (referente a auditorias de entidades de interesse público), ambos do Parlamento Europeu e do Conselho. O Conselho Diretivo procurará dar o maior contributo para a melhor transposição da diretiva e adoção do regulamento no contexto da legislação nacional. Procurará a melhor defesa do interesse público e, na medida do seu alcance, minimizar os eventuais impactos negativos sobre a atividade dos Revisores Oficiais de Contas.

7 Proposta de aplicação dos resultados

Tendo em consideração o resultado líquido apurado em referência a 2015 no montante total de 14.788 euros, o Conselho Diretivo propõe que o mesmo se mantenha como reforço dos Fundos Patrimoniais, transferindo-se para resultados transitados.

8 Homenagem póstuma

A Ordem presta a sua homenagem a todos os Colegas falecidos e expressa as mais sentidas condolências às famílias dos Colegas Revisores Oficiais de Contas que deixaram o nosso convívio no ano de 2015 e que foram os seguintes:

ROC N.º	Nome	Data de falecimento
460	M ^a Margarida de Moura Machado Bandeira	06-01-2015
919	António Manuel Alves de Sousa Martins	10-01-2015
611	António Demétrio Gervásio Lérias	27-01-2015
39	Marina Coimbra da Cunha Osório	21-03-2015
1181	Carla Maria Castro de Pinho	04-04-2015
347	José Joaquim de Jesus Xavier Ferreira	19-04-2015
909	Maria Amália Jorge Baleiro	22-10-2015

Em 17 de fevereiro de 2016, faleceu o Colega José Vieira dos Reis, primeiro Bastonário da Ordem, a cuja família a Ordem expressa também as mais sentidas condolências.

Fica aqui expressa uma homenagem, lembrando a importância do seu trabalho para a profissão, tendo, nomeadamente preconizando a transformação da Câmara em Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, para além de outros relevantes contributos para a profissão, quer enquanto membro dos Órgãos Sociais da Ordem, quer como Revisor Oficial de Contas.

9 Agradecimentos

O Conselho Diretivo deseja agradecer aos Revisores Oficiais de Contas em geral, aos membros dos demais Órgãos Sociais, das Comissões Estatutárias e das Comissões Técnicas, dos Grupos de Trabalho, ao Pessoal da Ordem, bem como a todas as entidades públicas e privadas, a colaboração que prestaram à OROC durante o ano de 2015.

Lisboa, 18 de fevereiro de 2016

O Conselho Diretivo

José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues

José Rodrigues de Jesus

António Marques Dias

Óscar Manuel Machado de Figueiredo

Vítor Manuel Batista de Almeida

Luís Guilherme de Noronha e Távora Pinheiro Torres

Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais



Demonstrações Financeiras 2015

Balanço

Demonstração dos resultados por naturezas

Demonstração das alterações no fundo social

Demonstração dos fluxos de caixa

Anexo



Balanço em 31 de dezembro de 2015

Montantes em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-2015	31-dez-2014
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2 468 115	2 405 532
Ativos intangíveis	6	173	680
Outros Ativos Financeiros	11	212 305	0
		2 680 593	2 406 212
Ativo corrente			
Inventários	7	5 542	5 739
Associados	8	104 096	183 640
Outras contas a receber	9	34 529	61 895
Diferimentos	10	3 395	12 621
Outros Ativos Financeiros	11;4	291 972	0
Caixa e depósitos bancários	4	2 770 891	3 080 274
		3 210 425	3 344 169
Total do ativo		5 891 018	5 750 381
Fundos patrimoniais e passivo			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados		5 014 546	4 981 551
Outras Variações Fundos Patrimoniais	12	215 625	0
Resultado líquido do período		14 788	32 995
Total dos fundos patrimoniais		5 244 959	5 014 546
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	13	55 881	46 831
		55 881	46 831
Passivo corrente			
Fornecedores		41 726	29 632
Estado e outros entes públicos	14	37 950	41 535
Diferimentos	10	127 003	107 383
Outras contas a pagar	15	383 499	510 454
		590 178	689 004
Total do passivo		646 059	735 835
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5 891 018	5 750 381

Lisboa, 18 de fevereiro de 2016



Demonstração dos resultados por naturezas
Período findo em 31 de dezembro de 2015

Montantes em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Serviços prestados	16	1 937 395	1 940 558
Fornecimentos e serviços externos	17	-1 118 314	-1 145 092
Gastos com o pessoal	18	- 701 911	- 703 711
Imparidade de dívidas a receber(perdas/reversões)	8	9 720	3 910
Provisões	13	- 9 050	- 17 540
Aumento/redução do justo valor	11	2 798	
Outros rendimentos e ganhos	19	42 852	110 081
Outros gastos e perdas	20	- 101 603	- 116 415
Resultado antes de depreciações e amortizações		61 887	71 791
Gastos de depreciações e de amortizações	5/6	- 69 036	- 62 709
Resultado operacional		- 7 149	9 082
Juros e rendimentos similares obtidos		26 333	28 291
Juros e gastos similares suportados		- 4 396	- 4 378
Resultado líquido do período		14 788	32 995

Lisboa, 18 de fevereiro de 2016



Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

Período findo em 31 de dezembro de 2014

Montantes em Euros

Descrição	Notas	Resultados Transitados	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição em 1.1.2014		4 865 912	0	115 639	4 981 551
Aplicação de resultados		115 639		- 115 639	0
Resultado líquido do período		0		32 995	32 995
Posição em 31.12.2014		4 981 551	0	32 995	5 014 546

Período findo em 31 de dezembro de 2015

Descrição	Notas	Resultados Transitados	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição em 1.1.2015		4 981 551	0	32 995	5 014 546
Aplicação de resultados		32 995		- 32 995	0
Outras Variações Fundos Patrimoniais	12		215 625		215 625
Resultado líquido do período				14 788	14 788
Posição em 31.12.2015		5 014 546	215 625	14 788	5 244 959

Lisboa, 18 de fevereiro de 2016



Demonstração dos fluxos de caixa
Período findo em 31 de dezembro de 2015

Montantes em Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de associados e outros		2 019 754	1 936 307
Pagamentos a fornecedores		-1 106 218	-1 137 070
Pagamentos ao pessoal		- 701 912	- 703 711
Caixa gerada pelas operações		211 624	95 526
Recebimentos referentes a seguro RCP	4	882,813	695 102
Outros recebimentos relativos à atividade operacional		26 331	145 735
Entregas referentes a seguro RCP	4	- 877 510	- 772 034
Outros pagamentos relativos à atividade operacional		- 134 899	- 88 276
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		108 359	76 053
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		- 129 090	- 10 993
Ativos intangíveis		000	- 291
Outros Ativos Financeiros		- 212 305	0
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		- 341 395	- 11 284
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Subsídios e doações		215 625	0
Variação de caixa e seus equivalentes ((1)+(2)+(3))		- 17 411	64 769
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 080 274	3 015 505
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	3 062 863	3 080 274

Lisboa, 18 de fevereiro de 2016

ANEXO

O presente Anexo compreende as divulgações que a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) considera deverem ser relatadas com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2015, incluindo as que são exigidas pelo referencial contabilístico que lhe é aplicável.

1. Introdução

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas é uma pessoa coletiva pública a quem compete representar e agrupar os seus membros e superintender em todos os aspetos relacionados com a profissão, nos termos do respetivo Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de dezembro.

Em 7 de setembro de 2015 foi publicado o novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, com entrada em vigor em 1 de janeiro de 2016. Em 9 de setembro foi publicado o Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria, aprovado pela Lei n.º 148/2015, com entrada em vigor também em 1 de janeiro de 2016. No ano de 2015 a Ordem desenvolveu o trabalho possível com vista a contribuir da melhor forma para a qualidade destas leis relativas à profissão de Revisor Oficial de Contas, trabalho que continua em 2016. Dadas as datas de entrada em vigor referidas não há outros impactos nas contas apresentadas, decorrentes da publicação daquelas leis.

A Ordem tem a sua sede em Lisboa e uma Secção Regional no Porto.

Outras informações podem ser obtidas na página da internet www.oroc.pt ou através do endereço eletrónico: sec.orgsociais@oroc.pt.

2. Referencial contabilístico

A OROC aplica o regime de normalização contabilística para entidades do setor não lucrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março.

Todos os valores apresentados neste anexo estão expressos em Euros.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Rédito

O rédito é reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados às atividades fluirão para a entidade e a respetiva quantia puder ser mensurada com fiabilidade.

O rédito das atividades da Ordem é reconhecido como segue:

- i. Quotas – no período a que se refere a quotização;
- ii. Ações de formação – no período em que a respetiva ação de formação decorre;
- iii. Inscrições em exame – na data da realização do exame;
- iv. Estágio – no período de estágio.

O rédito proveniente de aplicações de ativos financeiros é reconhecido nos resultados dos períodos a que respeitam tendo em conta o prazo das aplicações. Excetua-se do exposto a parte do rédito reservada à atribuição de um prémio na área de contabilidade / auditoria o qual apenas é reconhecido no momento da atribuição do prémio, correspondendo ao reconhecimento dos gastos respetivos.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão registados ao custo de aquisição, incluindo despesas imputáveis à compra, deduzido de depreciações acumuladas.

A depreciação é calculada pelo método da linha reta, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados para o uso pretendido, de acordo com as vidas úteis estimadas seguintes:

Edifícios – 50 anos

Mobiliário – 8 anos

Equipamento informático – 4 anos

Máquinas fotocopiadoras – 5 anos

Outros equipamentos – 3 a 8 anos

3.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem fundamentalmente programas de computador, encontrando-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas. Os itens intangíveis apenas são reconhecidos como ativos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para a OROC, se forem por ela controlados e se o respetivo valor puder ser mensurado com fiabilidade. Se estas condições não estiverem satisfeitas, os itens intangíveis são registados como gastos do período.

Os ativos intangíveis da OROC têm vida útil determinável. A amortização é calculada pelo método da linha reta, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados para o uso pretendido, de acordo com as vidas úteis estimadas seguintes:

Programas de computador – 3 anos

3.4 Imparidade dos ativos tangíveis e intangíveis

É efetuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que a quantia pelo qual o ativo se encontra registado é superior à quantia recuperável. Em 2015 não foram identificados eventos ou circunstâncias que indicassem a necessidade de se reconhecer quaisquer perdas por imparidade.

3.5 Inventários

Os inventários estão mensurados pelo custo histórico de aquisição. As saídas de inventários são reconhecidas de acordo com o método do custo médio ponderado.

Sempre que o preço de mercado seja inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, o qual é repostado quando deixam de existir os motivos que a originaram.

3.6 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros incluem caixa e depósitos bancários, associados e outros valores a receber e a pagar e são reconhecidos pelo custo, sendo este um valor aproximado do respetivo justo valor dada a sua liquidez.

Os outros ativos financeiros são reconhecidos pelo custo amortizado ou pelo justo valor dependendo se têm ou não um retorno fixo ou determinável e se têm ou não maturidade definida.

No que se refere aos valores a receber de associados, quando existem indícios de que tais valores têm risco de cobrabilidade é reconhecida uma perda por imparidade por contrapartida de resultados.

4. Fluxos de caixa

Os movimentos e saldos das rubricas que compõe a caixa e seus equivalentes foi o seguinte:

Conta	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	2.000	17.888	17.888	2.000
Depósitos à ordem	363.139	10.021.385	9.884.509	500.014
Outros depósitos bancários	2.715.135	3.714.675	4.160.934	2.268.876
Outros Ativos Financeiros	0	315.637	23.665	291.972
Caixa e equivalentes de caixa	3.080.274	14.069.585	14.086.996	3.062.863

A Ordem procede à entrega à companhia de seguros dos montantes referentes aos prémios das apólices de Grupo de Seguro de Responsabilidade Civil Profissional de responsabilidade dos seus membros. Por sua vez procede à cobrança desses prémios junto dos membros respetivos. Os fluxos de entrega e de cobrança estão considerados como fluxos de caixa referentes às atividades operacionais. Esses fluxos foram considerados de forma desagregada por se terem observado diferimentos com alguma expressão entre o momento de entrega e os momentos de cobrança.

Os saldos das contas de depósitos bancários estão disponíveis para uso.

5. Ativos fixos tangíveis

O movimento nas rubricas de ativos fixos tangíveis durante o período resume-se como segue:

Descrição	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Out. Construções	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	TOTAL
Quantia bruta inicial	584.225	2.675.612	59.700	700.296	77.283	4.097.116
Depreciações acumuladas iniciais	0	879.333	59.700	677.126	75.425	1.691.584
Saldo no início do período	584.225	1.796.279	0	23.170	1.858	2.405.532
Aumentos do período	0	72.021	0	59.050	41	131.112
Aquisições	0	72.021	0	59.050	41	131.112
Diminuições do período	0	53.811	0	14.409	309	68.529
Depreciações	0	53.811	0	14.409	309	68.529
Quantia bruta final	584.225	2.747.633	59.700	759.346	77.324	4.228.228
Depreciações acumuladas finais	0	933.144	59.700	691.535	75.734	1.760.113
Saldo no final do período	584.225	1.814.489	0	67.811	1.590	2.468.115



6. Ativos intangíveis

O movimento desta rubrica durante o período foi o seguinte:

Descrição	Programas de computador
Quantia bruto inicial	344.620
Amortizações acumuladas	343.940
Saldo no início do período	680
Aumentos no período	0
Aquisições	0
Diminuições no período	507
Amortizações	507
Quantia bruta final	344.620
Amortizações acumuladas finais	344.447
Saldo no final do período	173

Os programas de computador mais relevantes a que se referem os ativos intangíveis são os relativos à aplicação para registo e controlo de atividade da profissão.

7. Inventários

Os inventários são relativos essencialmente a publicações técnicas cujo movimento durante o período foi o seguinte:

Mercadorias	31-12-2015	31-12-2014
Inventários iniciais	5.739	8.814
Compras	5.739	8.814
Custo das mercadorias vendidas	197	3.075
Inventários finais	5.542	5.739

8. Associados

O valor a receber de associados em referência a 31.12.2015 ascende a 143.167 euros (no ano anterior: 239.431 euros) o qual é apresentado no balanço deduzido das perdas por imparidade estimadas no montante de 39.071 euros (no ano anterior: 55.791 euros). Assim, as quantias a receber totalizam 104.096 euros em referência a 31.12.2015 (no ano anterior: 183.640 euros).

As perdas por imparidade estimadas registaram durante o período o movimento seguinte:

Perdas por imparidade de associadas	2015	2014
Saldo no início do período	55.791	59.701
Reversão e anulação (por abate direto de saldos)	7.000	0
Reversão e anulação (por abate de saldos)	9.720	3.910
Saldo no final do período	39.071	55.791

9. Outras contas a receber

A rubrica de outras contas a receber detalha-se como segue:

Outras Contas a Receber	31-12-2015	31-12-2014
Devedores por acréscimos de rendimentos	23.073	25.893
Devedores diversos	11.456	36.002
Total	34.529	61.895

O saldo de Devedores diversos inclui participantes em ações de formação, estagiários e outros, cujos créditos ainda não foram liquidados.

A rubrica de acréscimos de rendimentos respeita essencialmente a juros de aplicações financeiras ainda não vencidas.

10. Diferimentos

As rubricas de diferimentos detalham-se como segue:

Natureza	31-12-2015	31-12-2014
Ativo – Gastos a reconhecer		
Seguros	0	4.867
Outros	3.395	7.754
Total	3.395	12.621
Passivo – Rendimentos a reconhecer		
Formação	3.380	100
Estágio	63.727	64.403
Inscrição no exame	56.600	42.880
Outros	3.296	0
Total	127.003	107.383

Nos outros estão incluídos 1.856 euros a afetar ao prémio de auditoria conforme descrito na nota 12.

11. Outros Ativos Financeiros

As rubricas de outros ativos financeiros detalham-se como segue:

Outros Ativos financeiros	31-12-2015	31-12-2014
Ao justo valor por resultados		
Deutsche Bank – Gestão Discricionária	291.972	-
	<u>291.972</u>	<u>-</u>
Ao custo amortizado		
Brisa Concessão 1,88%	96.500	
OT 3,85%	60.155	
OT 2,875%	55.650	
	<u>212.305</u>	<u>-</u>
Total Outros Ativos Financeiros	<u>504.277</u>	<u>-</u>

Os justos valores dos ativos financeiros foram determinados com base no valor dos produtos financeiros atribuídos pelo Deutsche Bank em 31 de dezembro de 2015, do qual resultou um rendimento registado em resultados no montante de 2.798 euros.

12. Outras Variações Fundos Patrimoniais

O registo que se verificou no exercício está relacionado com a herança que o Sr. Dr. Gastambide Fernandes, membro efetivo e membro honorário da OROC, deixou à Ordem e que até ao momento ascendeu a 215.625 euros. Aguarda-se ainda a divisão entre herdeiros de uma conta de títulos existente no Montepio. O montante atribuído à Ordem até este momento foi aplicado em Obrigações e o rendimento que resultar desta aplicação será afeto a um prémio a atribuir no âmbito de um concurso de trabalhos sobre auditoria, como era vontade expressa do Colega falecido.

13. Provisões

Em 2015 foi recebida a quantia de 9.050 euros (17.540 euros no ano anterior) de IRC que havia sido retido pelos Bancos sobre juros de aplicações de capital pagos à Ordem em 2014.

Continua em estudo o enquadramento fiscal, em sede de IRC, dos juros de aplicações de capitais, recebidos pela Ordem. Dado terem sido obtidas opiniões divergentes e não ter sido ainda obtida uma conclusão em definitivo, foi reforçada a provisão pelo montante total recebido no exercício. O montante total provisionado em 31.12.2015 ascende a 55.881 euros.

14. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos detalha-se como segue:

Natureza	31-12-2015	31-12-2014
Imposto sobre o rendimento pessoas singulares	21.836	26.348
Imposto sobre o valor acrescentado	2.102	1.643
Contribuições para a Segurança Social	14.012	13.544
Total	37.950	41.535

Não existem dívidas em mora ao Estado ou outros Entes Públicos.

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas é uma pessoa coletiva pública estando os rendimentos da sua atividade isentos de IRC ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artigo 55º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

15. Outras contas a pagar

Esta rubrica detalha-se como segue:

Natureza	31-12-2015	31-12-2014
Comissões estatutárias, técnicas, formadores e outros	37.221	38.682
Credores por acréscimos de gastos	328.029	294.668
Fundo de Pensões (ver nota 19)	0	153.968
Credores diversos	18.249	23.136
Total	383.499	510.454

A rubrica de Credores por acréscimos de gastos corresponde ao seguinte:

Natureza	31-12-2015	31-12-2014
Remunerações a liquidar	78.861	77.900
Júri de exame	6.222	6.443
Comissões técnicas	135	270
CPROC	10.430	11.690
Formação contínua	17.213	6.457
Controlo de qualidade	157.840	132.490
Órgãos sociais	13.667	14.744
Comissão de estágio	4.158	6.057
IMI a pagar	1.345	2.100
Revista R A	5.400	3.075
Outros	32.758	33.442
Total	328.029	294.668

As quantias referentes ao controlo de qualidade correspondem aos trabalhos em curso iniciados na sequência do sorteio efetuado em 8 de julho de 2015 os quais incidem sobre os trabalhos concluídos pelos revisores ou sociedades de revisores no exercício de 2015.

16. Serviços prestados

O rédito reconhecido no período relativo a serviços prestados foi integralmente obtido no mercado interno e detalha-se como segue:

Natureza	2015	2014
Quotas	1.177.423	1.188.035
Ações de formação	442.151	479.537
Inscrição, estágio e outros	317.821	272.987
Total	1.937.395	1.940.559

17. Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica compreende as seguintes naturezas de gastos:

Natureza	2015	2014
Trabalhos especializados	177.447	202.671
Honorários	688.639	667.945
Conservação e reparação	16.008	17.630
Materiais	41.577	47.419
Energia e fluidos	20.047	19.914
Deslocações e estadas	80.144	85.581
Rendas e alugueres	20.754	18.090
Comunicação	28.042	31.299
Publicidade e propaganda	0	4.649
Seguros	6.925	7.601
Limpeza, higiene e conforto	8.876	8.938
Condomínios	10.520	10.622
Outros	19.335	22.733
Total	1.118.314	1.145.092

A rubrica de honorários inclui as quantias relativas a pagamentos efetuados aos Membros das Comissões Técnicas e a outros profissionais liberais. Inclui ainda o montante de 12.065 euros (no ano anterior 5.903 euros) referente a gastos diretamente associados ao Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria.

A rubrica de trabalhos especializados inclui gastos no âmbito do apoio informático, atualização do Manual do Revisor Oficial de Contas e assessoria jurídica externa relacionada com o apoio na discussão das novas leis.



18. Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados encontram-se refletidos em gastos com pessoal e não incluem benefícios pós-emprego nem outros benefícios de longo prazo. Os gastos reconhecidos detalham-se como segue:

Natureza	2015	2014
Remunerações dos Órgãos Sociais	90.352	86.948
Remunerações do pessoal	487.627	487.802
Encargos sobre as remunerações	120.537	125.950
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	3.016	2.261
Outros gastos com o pessoal	379	750
Total	701.911	703.711

O número médio de pessoas ao serviço da Ordem é de 24, sendo todas remuneradas.

Os Órgãos Sociais são eleitos e compostos por associados inscritos na Ordem. Os Membros dos Órgãos Sociais não auferem remunerações fixas, sendo atribuídas senhas de presença pelas reuniões em que efetivamente participaram. Os montantes respetivos detalham-se como segue:

Natureza	2015	2014
Assembleia Geral	1.870	1.210
Conselho Superior	3.570	2.115
Conselho Diretivo	47.553	40.362
Conselho Disciplinar	33.392	38.830
Conselho Fiscal	3.967	4.431
Total	90.352	86.948

19. Outros rendimentos e ganhos

Inclui o seguinte:

Natureza	2015	2014
Correções relativas a períodos anteriores	14.452	41.650
Multas	14.700	48.566
Outros réditos	13.700	19.865
Total	42.852	110.081

As correções relativas a períodos anteriores incluem a quantia de 9.050 euros relativa a IRC reembolsado pela administração fiscal relativamente à qual foi constituída a provisão referida na nota 13.



20. Outros gastos e perdas

Inclui o seguinte:

Natureza	2015	2014
Correções relativas a períodos anteriores	15.726	29.442
Quotizações		
FEE	49.264	49.264
IFAC	27.506	24.661
CNOP	2.500	2.500
Diversas	752	752
Outros gastos e perdas	5.855	9.796
Total	101.603	116.415

21. Contribuições para Fundo de Pensões

A Ordem tem efetuado contribuições para fundo de pensões dos Revisores Oficiais de Contas, de acordo com os resultados gerados e as deliberações da Assembleia Geral. As contribuições já efetuadas para fundo de pensões foram as seguintes:

Contribuições	Quantia
Exercício de 2004, entregue em 2005	99.981
Exercício de 2005, entregue em 2006	123.000
Exercício de 2006, entregue em 2007	120.000
Exercício de 2007, entregue em 2008	121.500
Exercício de 2008, entregue em 2008	100.000
Exercício de 2008, entregue em 2010 (a)	124.253
Exercício de 2009, entregue em 2010	115.000
Exercícios de 2011 e 2012, entregue em 2015	151.672
Total	955.406

(a) Inclui juros no montante de €2.753

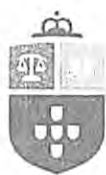
No exercício de 2015 foi feita a entrega de 151.672 euros executando a deliberação da Assembleia Geral de 28 de março de 2013, que decidiu proceder a uma entrega de 150.000 euros acrescida dos juros vencidos por aplicação dos resultados de 2011 e 2012.

22. Acontecimentos após a data do balanço

O Conselho Diretivo autorizou a emissão das demonstrações financeiras na sua reunião de 18 de fevereiro de 2015.



Não se verificaram acontecimentos após a data do balanço que requeiram ajustamento aos saldos e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras.



ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Integridade, Independência, Competência

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Relatório

O Conselho Fiscal apresenta, nos termos estatutários, o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório e Contas aprovados pelo Conselho Diretivo para o exercício de 2015. O Conselho Diretivo e os Serviços prestaram os esclarecimentos solicitados.

O Conselho Fiscal esteve representado por Luisa Anacoreta e Luis Baptista na reunião do Conselho Diretivo do dia 18 de fevereiro de 2016, na qual este aprovou o Relatório e Contas de 2015.

No seguimento nas análises efetuadas, o Conselho Fiscal entende que as contas apresentadas refletem a posição financeira e desempenho da Ordem relativo ao exercício de 2015. O Conselho Fiscal dá o seu acordo ao Relatório de Auditoria emitido.

Parecer

Face ao exposto no relatório, tendo em consideração o Relatório de Auditoria e não tendo tomado conhecimento de qualquer violação da lei e dos estatutos, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- 1- O Relatório e Contas apresentados pelo Conselho Diretivo, respeitante ao exercício de 2015, merecem aprovação;
- 2- A proposta de aplicação dos resultados, contida naquele relatório, merece igualmente aprovação.

Lisboa, 2 de março de 2016

do Conselho Fiscal
Luis Baptista

22

RELATÓRIO DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de 5.891.018 euros e um total de fundos patrimoniais de 5.244.959 euros, incluindo um resultado líquido de 14.788 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, mapas de execução orçamental e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho Directivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Ordem, o resultado das suas operações, a execução orçamental e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho Directivo, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e



- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório do Conselho Directivo com as demonstrações financeiras.
- 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

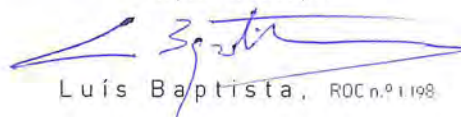
- 7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, a execução orçamental e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

- 8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório do Conselho Directivo é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 02 de Março de 2016

PONTES, BAPTISTA & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por


Luís Baptista, ROC n.º 1.198